

Paradigmas da Gerontologia: quando o envelhecimento humano se transforma em objeto de conhecimento*

Paradigms of Gerontology: when human aging is transformed in object of knowledge

Paradigmas de la Gerontología: cuando el envejecimiento humano se transforma en objeto de conocimiento

Suellen Bezerra Alves Keller
Juliane Feix Peruzzo

RESUMO: Este artigo tem como objetivo fazer um resgate histórico sobre a Gerontologia, compreendendo-a enquanto especialidade que trata da investigação sobre o envelhecimento humano em suas múltiplas dimensões. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho explicativo que se utilizou da revisão bibliográfica como fonte de pesquisa. Como resultado, foi possível identificar a existência de múltiplas vertentes no interior da Gerontologia, que se complementam, mas que também disputam legitimidade na explicação do que é o envelhecer.

Palavras-chave: Envelhecimento humano; Gerontologia; Produção de conhecimento.

*Estudo resultante de parte da dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, intitulada “Serviço Social e Envelhecimento: estudo dos fundamentos teórico-políticos sobre velhice na produção de conhecimento do Serviço Social no Brasil”, sob a orientação da Prof. Dra. Juliane Feix Peruzzo.

ABSTRACT: *This article aims to do a historical rescue on Gerontology, understanding it as a specialty that deals with research on human aging in its multiple dimensions. It is a explanatory qualitative research that utilized bibliographical revision as a research source. As a result, it was possible to identify the existence of multiple aspects within Gerontology, which not only complement each other but also dispute legitimacy in the explanation of what means aging.*

Keywords: *Human aging; Gerontology; Knowledge production.*

RESUMEN: *Este artículo tiene como objetivo hacer un rescate histórico sobre la Gerontología, comprendiéndola como especialidad que trata de la investigación sobre el envejecimiento humano en sus múltiples dimensiones. Se trata de una investigación cualitativa de cuño explicativo que se utilizó de la revisión bibliográfica como fuente de investigación. Como resultado, fue posible identificar la existencia de múltiples vertientes en el interior de la Gerontología, que se complementan, pero que también disputan legitimidad en la explicación de lo que es el envejecer.*

Palabras clave: *Envejecimiento humano; Gerontología; Producción de conocimiento.*

Introdução

A reflexão acerca do significado da velhice e a criação de uma especialização para a análise do processo de envelhecimento humano podem ser situadas como fruto de um percurso histórico que apresenta pelo menos três dimensões simultâneas: a atuação da medicina em torno das características orgânicas dos velhos como esboço da proposta geriátrica; o crescimento da referida população e da longevidade nas sociedades ocidentais modernas; e a transformação da velhice em “problemática social” no movimento de

constatação de que o envelhecimento da classe trabalhadora, sob a égide do capital, aplica-se de maneira trágica¹ e demanda intervenção do Estado.

A questão da velhice tem sido foco de análise, classificação e reinvenção no mundo acadêmico, constituindo-se enquanto objeto de construção de saberes que se legitimam, quase sempre, como resposta aos “problemas” que decorrem do crescente envelhecimento populacional. No cerne da sociedade capitalista, em um contexto de profundas transformações sociais e econômicas, o significativo crescimento do número de velhos em todo o mundo (inclusive nos países periféricos, de modo particularmente acelerado), torna-se base para constituição da Gerontologia² enquanto campo de saber. O significado por trás da “preocupação” coletiva com as questões do envelhecimento - e da consequente criação de disciplinas específicas que façam frente ao crescimento quantitativo de velhos - tem estreita relação com o movimento do capital e seu temor a uma redução da disponibilidade da mercadoria força de trabalho, motor da sociedade, diante de um fenômeno que exige mecanismos que mantenham a exploração do trabalho e, contraditoriamente, atenda às demandas da velhice desprotegida socialmente.

Discutir sobre as perspectivas que norteiam as concepções sobre velhice exige a reconstrução do processo de constituição da Gerontologia enquanto disciplina científica e a análise das circunstâncias históricas em que se processou o ideário gerontológico, o que remete ao período de ascensão do modo capitalista de produção. O sistema capitalista é o determinante conjuntural que faz com que a difusão das questões relacionadas à população idosa ultrapasse as características biológicas e demográficas, sendo necessário desvendar os aspectos econômico-sociais e apontar os fundamentos teórico-políticos que permitiram a construção de um saber científico sobre a velhice.

¹ Termo empregado por Haddad (1986a, p. 42) ao tratar sobre a questão da velhice do trabalhador levando em conta que “[...] é a classe trabalhadora, formada pelos homens-mercadoria, que aciona o processo produtivo, a protagonista, historicamente constituída, da tragédia do fim da vida”. A autora se refere ao envelhecimento de uma parcela representativa da classe trabalhadora, que se dá de forma trágica, tendo em vista as condições de exploração a que foi submetida ao longo da vida.

² Segundo Lopes (2000), a Gerontologia e a construção social da velhice enquanto etapa da vida *nascem em meio ao* esforço da modernidade em classificar, separar as populações e dividir a vida humana em fases, tomando por critério uma sequência cronológica e fragmentada que só tem sentido se entendemos essa classificação (periodização das fases da vida) como produto de uma prática social determinada por sociedades específicas em dado momento histórico.

Nesse empenho, não nos predispomos a escrever uma história dos estudos sobre envelhecimento, nem tampouco a descrever a “evolução” da Gerontologia, mas analisar as condições histórico-conjunturais que exigiram a emergência de tais estudos no marco das sociedades capitalistas.

A base comum que sustenta as pesquisas nesse campo está fincada no modo de produção capitalista, que é o elemento definidor da necessidade de criação de especialidades sobre a velhice. O retorno aos fundamentos históricos, teóricos e políticos que sustentam as análises do envelhecimento humano parece-nos ser imprescindível para estabelecer as condições em que se desenvolveram as formulações conceituais sobre a velhice e as tendências da Geriatria, disciplina médica dedicada à investigação de fatores epidemiológicos e de saúde dos idosos, e da Gerontologia Social, especialidade que se preocupa com os aspectos demográficos e socioculturais envolvidos no processo de envelhecimento.

2. Envelhecimento humano e o surgimento do saber gerontológico: a via da geriatria

Nas análises sobre envelhecimento humano, é possível observar, não raramente, uma ênfase nas questões que dizem respeito ao caráter biológico, natural e universal do ciclo da vida, na medida em que o estudo sobre a variedade das formas em que a velhice pode ser vivenciada em distintas conjunturas sociais e históricas ainda é reduzido. Do ponto de vista dessa última perspectiva, trata-se de acentuar que a construção de concepções sobre a velhice são expressões particulares que revelam as relações sociais dos homens construídas a partir de sua sociabilidade.

Considerar que a velhice não é uma categoria natural, como aponta Debert (2007), remete à percepção de que ela é uma categoria socialmente produzida, fruto de construções sociais que mudam historicamente.

Assim, faz-se necessário detalhar as condições sócio-históricas que evidenciaram a velhice enquanto objeto de conhecimento nas sociedades modernas e quais as concepções de velhice produzidas pelos paradigmas que sustentam a construção desse saber.

A Gerontologia (subdividida em Geriatria e Gerontologia Social), principal instância produtora de conhecimento sobre envelhecimento humano, surge no âmago da sociedade do capital com a proposta de desenvolver, através de inúmeras mediações, melhores condições de vida para os sujeitos envelhecidos. O saber intelectual elaborado dentro dessa proposta está estreitamente ligado às concepções de homem, de população e de velhice produzidas na conjuntura capitalista, e às condições de vida e de envelhecimento da classe trabalhadora.

O modo de ser e de viver dos homens, suas concepções, seus valores morais, sua vinculação ideológica e seus interesses políticos são determinados pelo processo de acumulação na realidade histórica. Para Marx (2008), o conjunto das relações de produção constitui a base real sobre a qual se erguem e se desenvolvem todas as demais relações sociais.

O sistema do capital determina as relações de acordo com os interesses do proprietário dos meios de produção e é constantemente tensionado pelos interesses antagônicos da classe trabalhadora. A noção de velhice, nesse contexto, decorre da luta de classes e das mudanças históricas: os velhos trabalhadores, tendo perdido a sua força de trabalho, não se constituem mais enquanto produtores ou reprodutores nessa sociedade, mas a sua condição de vida exige a reorganização das relações sociais entre Estado, sociedade e velhos trabalhadores.

O progresso da industrialização foi caracterizado pela oposição entre uma classe opressora e classes exploradas. Segundo Beauvoir (1990, pp. 254-263), a literatura do século XIX buscou estudar os efeitos da idade nas diversas categorias sociais, mas, em sua grande parte, ela descreveu os velhos que pertenciam às classes dirigentes (nobres, proprietários de terras, burgueses, industriais). A autora afirma que, na época em que a propriedade foi institucionalizada, os velhos pertencentes às classes dominantes, que acumularam ao longo da sua vida bens e mercadorias, ocupavam lugares importantes na vida pública e privada.

No entanto, para os explorados que envelheciam, a velhice representava uma realidade profundamente distinta daquela, e a sua condição de vida foi silenciada durante um longo período.

Beauvoir (1990) lembra que, nos campos e nas cidades, os trabalhadores morriam jovens, e os trabalhadores idosos foram muito pouco numerosos até o século XVIII. No século XIX, esse quadro passa por uma transição com o crescimento do número de velhos pobres que, mesmo sem possuir força de trabalho para vender, ainda no fim da vida eram vítimas da exploração.

Ao longo das suas vidas, os trabalhadores explorados não puderam ter acesso ao necessário para sua reprodução, e, tendo suas forças gastas no trabalho, seu destino na velhice era geralmente o abandono. Os que sobreviviam “[...] dependiam de uma família geralmente pobre demais para sustentá-los” (Beauvoir, 1990, p. 263), e mesmo com a maior visibilidade desses dramas, o empenho da classe dominante para atender às necessidades desse segmento foram sempre insignificantes.

Apesar de o aumento de velhos não representar expressivos rebatimentos à manutenção da ordem do capital, a velhice demandou atenção no campo da produção, pois, com o envelhecimento dos jovens trabalhadores e a improdutividade do trabalho, o fenômeno passou a comparecer de maneira explícita. As respostas dadas a tais mudanças, no entanto, ocorreram dentro dos limites da intervenção do capital sobre mecanismos de garantia da reprodução humana, pois deveriam garantir, sobretudo, a reprodução do sistema.

Os esforços de análise da velhice surgiram, nesse contexto, em uma posição muito particular. As reflexões e obras desenvolvidas sobre a velhice refletiam a condição dos velhos pertencentes às classes dominantes: apenas os sujeitos que ocupavam essa posição falavam, e era sobre as suas próprias experiências de velhice que discursavam. As reflexões estavam relacionadas à melhoria das condições de vida e saúde do homem ao envelhecer, com foco nas peculiaridades biológicas e na busca pelo prolongamento da vida.

Esse momento marcou a aproximação da medicina com os aspectos clínicos e de saúde dos velhos, apesar de, até o século XIX, o tema ser desconsiderado e marginalizado pelos médicos, como afirma Debert:

As propostas de terapias capazes de combater o envelhecimento eram tidas, na época, como miragens de rigor científico e a tal ponto desprestigiadas que um médico de respeito não se interessaria nem mesmo por pesquisas nesse domínio (Debert, 2004, p. 196).

Ainda que os estudos sobre envelhecimento carecessem de rigor científico e fossem marginalizados pelos profissionais médicos, foram eles os primeiros a sistematizar as questões relativas à velhice. Essas foram, durante muito tempo, objeto de estudo quase que restrito ao saber médico. Adolphe Quetelet e Jean-Martin Charcot³ foram importantes articuladores no desenvolvimento dos estudos sobre a velhice ainda no século XIX, defendendo que é necessário investigar as “leis” do desenvolvimento humano e as enfermidades crônicas que acometem os homens na velhice (Neri, 2001, p. 57). Embasada em uma concepção biológica de homem e sociedade, sobretudo em um modelo médico, a investigação dessas “leis” e a significativa atenção às questões relacionadas ao envelhecimento populacional tinham seu foco na definição clínico-biológica de velhice.

Bravo (2013) afirma que a prática médica é uma das mais antigas formas de intervenção técnica no âmbito da saúde e, historicamente, tem se revestido de uma aparente neutralidade e autonomia no tratamento dos problemas de saúde das populações. Fundamentada nas ciências positivistas, a visão médica de velhice nesse período utilizou-se do eixo orgânico, fisiológico e epidemiológico para descrever rigorosamente o processo de perdas e fragilidades pelo qual passavam os velhos. Segundo Laranjeira (2010), o próprio Comte⁴ entendia que o prolongamento excessivo da vida de uma geração repercutia em um bloqueio do progresso, o que reforçava as ideias conservadoras atribuídas à velhice. Foi com a concepção de que o envelhecimento é um processo de declínio biológico natural que a Gerontologia construiu suas bases e as manteve até meados do século XX.

³ Segundo Neri (2001), Quetelet (1796-1874) foi um matemático e astrônomo que investigou questões sobre população, tendências de mortalidade por idade e transformações intelectivas decorrentes do processo de envelhecimento. Charcot (1825-1893), ainda segundo a autora, foi o fundador do primeiro estabelecimento geriátrico em Paris, o Salpêtrière, onde abrigou entre dois a três mil velhos.

⁴ Segundo Quintaneiro, Oliveira, M.L., & Oliveira, B.M.G.M. (2003), Comte foi um dos principais autores a formular um pensamento social no contexto da Revolução Francesa e Revolução Industrial, entendendo que o objeto próprio das ciências sociais e seu estudo demandavam a utilização do método positivo.

Segundo Netto (2006), o termo Gerontologia⁵ foi usado pela primeira vez pelo sociólogo e biólogo russo Metchnicoff, em 1903, para descrever a disciplina específica que trata o estudo dos velhos ou da velhice.

Atentando para os avanços da medicina e os ganhos em longevidade, o autor buscou sistematizar a investigação dos aspectos mais aparentes na velhice, considerando que a Gerontologia seria uma importante temática de investigação no século XX. Já o uso do termo Geriatria só foi inserido na literatura como tal em 1909, em referência ao estudo clínico da velhice. Segundo Neri (2001), o médico Nascher fundou a Sociedade de Geriatria de Nova Iorque em 1912, e em 1914 publicou um livro sobre a prevenção e o tratamento de doenças na velhice, chamado *Geriatrics*; também foi editor do *The Medical Review of Reviews*, onde desenvolveu uma sessão de Geriatria.

Segundo Haddad (1986a), a Geriatria e a literatura médica não tratam apenas do caráter eminentemente biológico referente à velhice, mas também das questões relativas à patologia da velhice, objeto de estudo da Geriatria que trata das doenças do velho e do processo de envelhecimento, considerando os aspectos biológicos, psicológicos e sociais do envelhecimento, assim como as formas de prolongamento da vida humana, evitando que a velhice se transforme em “velhice-enfermidade”. Não se pode desconsiderar a importância das contribuições das tantas áreas que se propõem a estudar sobre envelhecimento nesse contexto de correlação de forças. No entanto, fez-se necessário romper com o monopólio da Geriatria nos estudos sobre a velhice, para se conseguir uma visão ampla do fenômeno, pautada na realidade social.

Um exemplo a ser problematizado é a obra do médico geriatra Renato Maia Guimarães, que afirma que a vida e o modo de envelhecer de cada um dependem do que é investido em “capital de saúde”⁶, e que devemos administrar nosso próprio tempo de vida, pois “Esta é a parte que nos cabe no latifúndio da vida, esta é a parte sobre a qual podemos opinar e escolher: depende de cada um” (Guimarães, 2008, p. 17).

⁵ Do grego *gero*, que significa velho; e *logia*, estudo.

⁶ Segundo Guimarães (2008), “capital de saúde” é um conceito econômico proposto em 1972 por Michel Grossman que avalia a saúde como um tipo de capital, entendendo que cada indivíduo é tanto produtor, como consumidor de saúde, sendo necessário se fazer “investimentos” para que o “estoque” de saúde não diminua ao longo do tempo.

Concordando com a crítica feita por Paiva (2012), ao que ela chama de “individualidade isolada”, consideramos que a tese de Guimarães se equivoca ao desconsiderar que a heterogeneidade da vida e do envelhecimento de “cada um” deve-se, sobretudo, à totalidade das relações de produção e reprodução social.

Através dos estudos dos aspectos diagnósticos e terapêuticos dos velhos, a Geriatria tem como objetivo responder às necessidades do velho enfermo, adoecido. Dividindo-se entre preventiva, curativa e paliativa, o objeto de estudo em questão é basicamente o cuidado com os fatores clínicos, patológicos e de reabilitação de idosos enfermos, dominando por muito as investigações sobre velhice e influenciando ainda hoje os outros campos da Gerontologia. O foco nos aspectos curativos e preventivos de doenças na velhice aproxima a Geriatria das disciplinas médicas e, de certa forma, privilegia esses saberes nas suas análises, ainda hegemônicas no campo da Gerontologia.

Com foco na prevenção e tratamento de doenças, a Gerontologia permaneceu com uma abordagem estritamente biologicista no início do século XX, desconsiderando as determinações sociais fundamentais que caracterizam o envelhecimento humano sob o capital. A ausência dessas determinações levou-a, nesse momento, a seguir apenas por uma via: a visão do homem natural e o estudo clínico-biológico do envelhecimento. No entanto, as profundas transformações econômicas e sociais provenientes do trabalho industrial urbano, sobretudo a luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, trouxeram novos elementos no modo de pensar o homem, a sociedade e a velhice.

As modificações na atenção à velhice e a ampliação da Gerontologia

Conforme Moragas (1997), o crescimento do esforço para estudar a velhice surge em razão de quatro fatores: a demografia, na medida em que a proporção de pessoas idosas vem crescendo significativamente; a economia, refletida no “peso” da existência de uma população não produtiva; o fator político, quando há necessidade de respostas às demandas das pessoas idosas; e a opinião pública, momento em que a sociedade está sensibilizada em relação à velhice.

Ousamos destacar, dentre esses elementos, o fator político representado pelas reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de vida, trabalho e envelhecimento, entendendo que as lutas sociais são a força motriz para a publicidade dessa problemática.

A luta de classes é, para Marx, a forma incessante com que a sociedade se transforma desde os primeiros tempos. Ele afirma que “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história da luta de classes” (Marx, 2008, p. 8). Nessa direção de disputa e pactos políticos, a conquista de benefícios básicos de aposentadoria e pensões fez parte de uma série de reivindicações da classe trabalhadora que, no início do século XX, organizava-se em busca de melhores condições de vida, de trabalho e de velhice (Haddad, 1993). Os trabalhadores, desgastados pelas marcas do trabalho explorado, exigiam melhores condições de vida ao envelhecer e lutavam por garantias. A conquista da aposentadoria trouxe visibilidade ao envelhecimento da classe trabalhadora (ainda que ofertada apenas a uma parte dela) e respondeu à preocupação da manutenção da vida na velhice.

Segundo Boschetti (2009), os sistemas de proteção previdenciária tiveram sua origem na Alemanha, durante o governo de Otto Von Bismarck, em resposta às pressões e greves dos trabalhadores. O modelo bismarckiano orientou os benefícios previdenciários de seguros sociais que, condicionados à contribuição prévia, atendiam determinadas categorias de trabalhadores. Nessa conjuntura, o movimento operário demandava atenção do Estado por uma legislação trabalhista e social, e o sistema previdenciário naquele período atendia não somente às demandas referentes ao seguro na velhice, mas também à assistência médica e pensões aos dependentes em caso de morte.

A criação de um sistema de aposentadorias e pensões, bem como a ampliação do interesse científico em torno das questões da velhice, devem ser entendidas, portanto, como respostas do Estado e do empresariado às reivindicações da classe trabalhadora e à crescente importância da “questão social”⁷.

⁷ Segundo Teixeira (2008), a “questão social” é engendrada pela dinâmica histórica da sociedade capitalista dividida em classes e diz respeito ao conjunto de expressões das desigualdades sociais concebidas por esta. Para a autora, essas circunstâncias remetem à compreensão sobre o fato de que o envelhecimento não se constitui enquanto um processo

Nessa perspectiva, a visibilidade dada a essa parcela da população não decorreu simplesmente do processo de transição demográfica⁸ ou do interesse clínico-biológico pelas mudanças orgânicas que ocorrem no processo de envelhecimento humano, mas é também fruto do movimento de lutas sociais da classe trabalhadora que transformava a problemática da velhice em uma demanda política e pública.

Debert (2004) afirma que, a partir dos anos 1930, o tema da velhice passa a ocupar um maior espaço no interior de disciplinas no campo das ciências sociais, ainda influenciada por bases positivistas de cunho conservador-burguês⁹. Nesse período, o paradigma geriátrico na abordagem sobre a velhice continuou hegemônico, mas, apesar de não haver uma total ruptura com o pensamento tradicional, houve um significativo avanço nesse debate, decorrente do movimento de mudanças sociais e políticas evidenciadas pelo protagonismo dos trabalhadores. As mudanças no campo da Gerontologia se expressaram na incorporação de outros saberes, além do médico, nas análises sobre envelhecimento, na busca de uma análise sociocultural para uma intervenção direcionada à assistência na velhice. A legitimação desse engajamento interdisciplinar de estudos e pesquisas sobre envelhecimento, além de significar a origem de um novo viés nos estudos gerontológicos, trouxe uma regeneração à Geriatria, tema que ganhou espaço nas revistas médicas especializadas e provoca o surgimento de associações e sociedades.

Foram criadas associações e sociedades, ainda com um viés majoritariamente geriátrico, mas com abertura a abordagens integralizadas, como é o caso da fundação da *Gerontological Society of America* (GSA), criada em 1945 por um grupo de médicos que se autodenominavam *The Club for Research on Ageing* (o clube de pesquisa sobre o envelhecimento), existente desde 1930¹⁰.

homogêneo, mas que essa preocupação latente nas sociedades contemporâneas deve levar em conta as condições materiais de vida que se reproduzem sob a lógica do capital, e que é para os velhos trabalhadores que a desigualdade se torna ampliada.

⁸ As projeções demográficas em países como os Estados Unidos e a Inglaterra passaram, ainda na primeira metade do século, a indicar o crescente processo de envelhecimento da população (Debert, 2004).

⁹ Segundo Löwy (2013), é em Comte que o positivismo passa a ser conservador, em defesa da ordem real, divergindo do caráter revolucionário das ideias de seus antecessores Condorcet e Saint-Simon. Löwy afirma que Comte irá usar o sistema intelectual positivo para as ideologias tradicionalistas, criando um método que visava a “[...] afastar a ameaça que representam as ideias negativas, críticas, anárquicas, dissolventes e subversivas da filosofia do Iluminismo e do socialismo utópico” (Löwy, 2013, pp. 32-33).

¹⁰ Dados coletados no site oficial da *Gerontological Society of America*. Recuperado em 06 dezembro, 2013, de: <http://www.geron.org/>.

No pós-guerra, a Geriatria e a Gerontologia se transformam em campo de práticas profissionais, de pesquisa e de formação acadêmica universitária e pós-universitária, especialmente em países desenvolvidos como Inglaterra e Estados Unidos (Debert, 2004).

Esse movimento que dá uma maior visibilidade às questões em torno da velhice demarcou o projeto embrionário de outra vertente no interior da Gerontologia, a Gerontologia Social, uma perspectiva que reconhece que o crescimento do número de velhos na classe trabalhadora, tanto em países centrais como periféricos, gera demandas sociais para além das meramente biológicas. A conjuntura contraditória do século XX em relação à luta e garantia por direitos sociais colocou em xeque aqueles determinados paradigmas da Gerontologia, calcados apenas na Geriatria, e assim, a Gerontologia Social ocupa a função de investigar os diversos aspectos envolvidos no processo de envelhecimento, visando à melhoria da qualidade do fim da vida. Envoltas nessas discussões, a Gerontologia Social torna-se, então, o campo privilegiado de investigação das pesquisas que consideram os aspectos sociais determinantes no processo de envelhecimento. Segundo Neri (2001, pp. 54-55), esta é a área da Gerontologia “[...] que se ocupa do impacto das condições sociais e socioculturais sobre o processo de envelhecimento e das consequências sociais desse processo”.

A Gerontologia Social, propondo-se mais totalizante que a Geriatria, carrega traços que herdou desta e acrescenta saberes sociais, psíquicos e legais aos estudos sobre envelhecimento humano. A velhice passou, de uma questão apenas do âmbito privado e clínico, a ser discutida como uma questão de trato público e social. Para Netto, apesar da associação da velhice a doenças e do enfoque nesse tipo de intervenção, a Gerontologia Social se encarrega dos problemas de âmbito socioeconômico:

De fato, sendo o envelhecimento não necessariamente acompanhado de manifestações patológicas, embora sejam frequentes as doenças nessa faixa etária, assumem particular importância os problemas de discriminação econômica e social a que está submetida a maioria dos idosos, aspectos cuja abordagem é atribuição da gerontologia social (Netto, 2006, p. 6).

Estão, então, no âmbito da Gerontologia Social, os estudos que se dedicam aos aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, e especialmente os de classe, nas análises sobre a velhice. No entanto, a adoção de um paradigma calcado nas condições reais dos velhos, além de recente, carrega traços de conservadorismo, como se pode observar na afirmação de Moragas:

Em gerontologia social, as teorias são recentes devido ao fato de que ela é uma disciplina surgida há pouco tempo, e essas teorias são muito influenciadas pelo peso dos fatores biológicos. Tradicionalmente, aceitaram-se como verdades irrefutáveis os fatos biológicos do envelhecimento, passíveis de modificações psicossociais. Por exemplo, supunha-se que, em razão do envelhecimento, deveriam, necessariamente, surgir doenças no organismo (Moragas, 1997, p. 116).

Segundo Debert (2004), quando as discussões em torno do envelhecimento humano se dão por razões apenas de ordem biológica (pertencentes ao paradigma da Geriatria), eximem a compreensão sobre os processos que fazem do envelhecimento “[...] um problema que ganha expressão e legitimidade, no campo das preocupações sociais do momento” (Debert, 2004, p. 12). A autora se refere aos velhos empobrecidos, que demandam intervenção do Estado através de políticas sociais efetivas. As implicações desse processo no campo social e econômico, objeto da Gerontologia Social, incidem na maior visibilidade da condição dos velhos e nas iniciativas de intervenção em problemas que envolvem esse segmento populacional. Também para Teixeira (2008), tratar o envelhecimento como “problema social” não é uma consequência apenas do crescimento do número de pessoas idosas, tendo em vista as estatísticas crescentes, mas é resultado das lutas e pressões sociais da classe trabalhadora que trazem essa problemática à cena pública.

Para Haddad (1986a), as diretrizes que regem a Gerontologia Social (enquanto disciplina que se propõe, junto à Geriatria, a exercer o monopólio científico do saber sobre a velhice), podem ser resumidas em “educação”, “trabalho”¹¹ e “família”.

¹¹ Aqui, o termo “trabalho” não é usado em seu sentido ontológico, como mediação entre a ação humana e natureza na produção e reprodução social. Trabalho para o ideário gerontológico tem sentido de terapia para o envelhecimento, como se o trabalho assalariado e alienado sob o capital fosse a saída para dar sentido à vida do homem.

Essas são as bases que norteiam a produção científica gerontológica, instruindo os idosos nos processos de ressocialização e na aprendizagem do “saber envelhecer”, centrando na família a responsabilidade de atenção e cuidados aos velhos e propondo o trabalho como a melhor terapia para o envelhecimento.

Sobre a diretriz “educação”, destaca a autora:

Segundo a gerontologia social, a pedagogia da velhice encerra uma saída para a problemática vivida pelos velhos. [...] "É uma questão de educação"; "há necessidade de se criarem escolas que ensinem os homens a serem velhos", insistem os especialistas. Propõem a ação de equipes multiprofissionais coesas em que o sucesso da prática pedagógica depende da utilização de técnicas eficazes [...] (Haddad, 1986a, p. 47).

Essa diretriz está calcada naquele modelo educacional das primeiras instituições que propuseram uma intervenção social sobre a velhice, como é o caso do Serviço Social do Comércio (SESC), instituição citada no primeiro tópico deste capítulo. Tal perspectiva reitera a colocação de que o modo de envelhecer “depende de cada um”, ditando modelos e fórmulas a serem seguidas para se obter uma velhice bem-sucedida, independentemente das condições materiais de vida desses sujeitos.

Sobre o viés do “trabalho”, a proposta gerontológica se vincula a uma perspectiva alienante, quando assegura que o trabalho, ainda que sob o capitalismo, liberta o velho da sua condição de insulado. O esforço dos especialistas da velhice na defesa dessa perspectiva pode ser verificado no discurso de Zimmerman (2000), quando afirma que:

[...] dar trabalho ao velho não é só uma atitude de grande alcance social, que contribui para a valorização do idoso e previne o adoecimento e a depressão provocados pela ociosidade e a sensação de menos valia, mas também uma razão econômica para as empresas e a Previdência Social gastarem menos com faltas e acidentes de trabalho (Zimmerman, 2000, p. 42).

Considerar o retrocesso, que a disseminação da obrigatoriedade à permanência no trabalho alienado traria a toda classe trabalhadora, é necessário em uma conjuntura de cortes públicos nos gastos sociais e na forte investida do capital.

Em posição oposta ao que a autora citada acima coloca, Haddad continua:

[...] a proposta da abolição da aposentadoria por tempo de serviço se faz presente em discursos de gerontólogos. A realidade vivida na sociedade de classes brasileira é encoberta: o trabalho assalariado aparece como remédio para que a vida do homem continue tendo sentido. De forma sutil, está sendo questionada a aposentadoria, direito conquistado a duras penas pela classe trabalhadora. Finalmente, os especialistas procuram atingir a família, buscam sensibilizá-la para que assuma o papel de protetora da velhice (Haddad, 1986b, p. 47).

No que diz respeito à família, o posicionamento da Gerontologia Social reflete o modelo das políticas sociais no Brasil atual, em que se pode observar a retração do Estado na execução dos serviços de cuidado e assistência (em especial no cuidado da reprodução da vida das crianças, inválidos e idosos), e a transferência do foco para o âmbito familiar.

O próprio Estatuto do Idoso (Lei n.º 10.741, 2003), prioriza o atendimento do idoso por sua própria família, sendo o poder público chamado a intervir apenas quando esta não possuir condições econômicas de prover seu sustento (Arts. 3º, 14, 34).

Segundo Mioto, “[...] na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma como o espaço privado por excelência e, como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros” (2009, p. 133).

Sendo assim, considera-se evidente a presença do caráter familista nas políticas sociais brasileiras (especialmente dos últimos governos), levando em conta a caracterização de que um sistema é familista quando, no ordenamento das políticas públicas, a família é considerada como primeiro responsável pela proteção social dos seus membros (Esping-Andersen, 1995).

Partindo dessas diretrizes - “educação”, “trabalho” e “família” -, é possível observar que, ainda que a Gerontologia Social se proponha à análise de outros aspectos em busca de um “envelhecimento com qualidade” para além dos preceitos médicos ou demográficos, recusa-se a considerar os fundamentos materiais de existência do protagonista desse processo, ou seja, o velho trabalhador, o que acaba por gerar um discurso fetichista sobre a velhice.

O foco em estratégias pedagógicas, o incentivo ao trabalho (alienado) e a responsabilização da família e dos próprios velhos pela manutenção da sua existência revelam que a gerontologia social contribui ao aparato burguês que atende ao sistema de classes.

A contradição entre capital e trabalho e as relações de exploração de classe são mascaradas nessas perspectivas da Gerontologia (tanto na Geriatria como em grande parte da Gerontologia Social), desconsiderando as especificidades do envelhecimento do trabalhador. Essa condição pode ser confirmada em outros estudos de Haddad, em que afirma:

A gerontologia e a geriatria apresentam-se como as principais instâncias produtoras da ideologia da velhice. [...] O produto do trabalho dos teóricos da velhice – as ‘ideias autonomizadas’ – buscam nos fazer acreditar que a realidade vivida pelo homem no final de sua vida poderá ser alterada com a ação da ‘ciência’, das instituições sociais, do Estado e do próprio idoso. [...] a produção dos teóricos da velhice não passa de uma produção ideológica da ciência burguesa e, enquanto tal, de um instrumento de dominação (Haddad, 1986b, p. 33).

Há de se considerar que os estudos sobre a velhice, quando a analisam independentemente das condições materiais de existência dos velhos, não respondem às reais demandas desse segmento, mas atendem à ideologia predominante no sistema capitalista. Os agravos na condição da classe trabalhadora envelhecida não podem ser solucionados se não houver uma alteração substantiva na relação capital e trabalho.

A velhice do trabalhador é, para além de um aspecto humano biológico, resultado do desgaste gerado pela intensificação do tempo dedicado à produção da mais-valia¹².

Marx, ao tratar da jornada de trabalho, deixa claro que o capital, ao absorver a maior quantidade possível de trabalho excedente, usurpa do trabalhador o tempo que deveria ser voltado ao seu desenvolvimento pessoal, já que é a mercadoria vendida pelo trabalhador (força de trabalho) a única capaz de gerar valor. Seguindo, Marx destaca a voz do trabalhador no processo produtivo: “[...] pondo de lado o desgaste natural da idade etc., preciso ter amanhã, para trabalhar, a força, saúde e disposições normais que possuo hoje. [...] O que ganhas em trabalho, perco em substância” (Marx, 2013, p. 272).

Sendo assim, o tempo de vida do trabalhador é subjugado ao tempo de trabalho gasto com a produção de excedente para o capital, acentuando na velhice as incontestáveis marcas da exploração durante o curso de vida.

Ao excluir tais condições materiais de existência dos velhos, a dimensão humano-genérica do envelhecimento, com enfoque nos aspectos orgânico, biológico e natural da vida, continua a exercer o domínio na Gerontologia. A manutenção da influência médico-geriátrica nos estudos sobre velhice reflete o fato de que foi a medicina que, desde suas origens, se interessou pelo envelhecimento humano, muito “antes dos sociólogos ou psicólogos e, conseqüentemente, surgem antes as cátedras e pesquisas em Geriatria do que a formação e os estudos em Gerontologia Social” (Moragas, 1997, p. 39). Nesse entremeio, a Gerontologia se tornou um campo de disputas políticas e corporativas, onde há uma demarcação de campos entre geriatras e gerontólogos, como consequência dos seus elementos fundantes e por influência das intervenções profissionais específicas.

¹² O conceito de mais-valia se refere, na economia política marxiana, ao valor do trabalho não pago ao trabalhador no processo produtivo: “[...] O processo de produzir valor simplesmente dura até o ponto em que o valor da força de trabalho pago pelo capital é substituído por um equivalente. Ultrapassando esse ponto, o processo de produzir valor torna-se processo de produzir mais-valia (valor excedente)” (Marx, 2013, p. 228). É, portanto, meio de exploração do trabalhador pelo dono dos meios de produção: “A taxa da mais-valia é, por isso, a expressão precisa do grau de exploração da força de trabalho pelo capital ou do trabalhador pelo capitalista” (Marx, 2013, p. 254).

Considerações Finais

Os estudos sobre envelhecimento humano surgiram, inicialmente, de uma preocupação (sobretudo das classes dominantes) com os fatores biológicos da velhice. Desde o início do século XX, as pesquisas sobre a temática ampliaram-se, e o envelhecimento humano tornou-se objeto de investigação de múltiplas áreas do conhecimento, inclusive daquelas preocupadas com as causas e repercussões sociais desse fenômeno.

A Gerontologia Social surge como uma perspectiva mais abrangente de análise dessa realidade. A par de ainda carregar um viés conservador e homogeneizante do envelhecimento, a Gerontologia possibilitou o acréscimo de saberes sociais e estudos sobre envelhecimento humano, e permitiu que a velhice deixasse de ser uma questão apenas do âmbito privado e clínico, para ser tratada como algo público e social.

A partir da amplitude da compreensão sobre os determinantes e as repercussões da velhice para a vida dos sujeitos, é possível se utilizar de conceitos que permitem ver o envelhecimento humano na perspectiva da totalidade social. Isso implica pensar que a forma como os sujeitos envelhecem está intimamente condicionada pela forma como esses sujeitos estão inseridos na sociabilidade capitalista.

Por estarem em um âmbito de correlação de forças onde várias perspectivas, concepções teóricas e tendências profissionais disputam espaço, é corolário que surjam sínteses cada vez mais complexas que busquem apreender o envelhecimento de maneira integral.

Referências

Beauvoir, S. de. (1990). *A velhice* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Boschetti, I. (2009). A política da seguridade social no Brasil. In: CFESS/ABEPSS. (Orgs.). *Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Brasília, DF: CFESS/ABEPSS.

Keller, S. B. A., & Peruzzo, J. F. (). Paradigmas da Gerontologia: Quando o envelhecimento humano se transforma em objeto de conhecimento. *Revista Kairós - Gerontologia*, 20(3), 329-348. ISSN 2176-901X. São Paulo (SP), Brasil: FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP

Bravo, M. I. S. (2013). *Saúde e Serviço Social no capitalismo: fundamentos sócio-históricos*. São Paulo, SP: Cortez.

Debert, G. G. (2004). *A reinvenção da velhice: socialização e processos de reprivatização do envelhecimento*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo.

Debert, G. G. (2007). A antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Barros, M. M. L. de (Org.). *Velhice ou Terceira Idade? Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política* (4ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.

Esping-Andersen, G. (1995). O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 35, 73-111. Recuperado em 01 junho, 2016, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451995000100004>.

Guimarães, R. M. (2008). *Decida você, como e quanto viver* (2ª ed.). Brasília, DF: Saúde & Letras.

Haddad, E. G. M. (1986a). *A ideologia da velhice*. São Paulo, SP: Cortez.

Haddad, E. G. M. (1986b). Para que servem os idosos? *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 3(2), 46-48. Recuperado em 01 junho, 2016, de: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451986000300008>.

Haddad, E. G. M. (1993). *O direito à velhice: os aposentados e a previdência social*. São Paulo, SP: Cortez.

Laranjeira, C. A. (2010). “Velhos são os Trapos”: do positivismo clássico à nova era. *Saúde e Sociedade*, 19(4), 763-770. Recuperado em 01 junho, 2016, de: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-12902010000400004&script=sci_arttext.

Lei n.º 10.741, de 1º de outubro de 2003 (2003). Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Brasília, DF. Recuperado em 01 junho, 2016, de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm.

Lopes, A. (2000). *Os desafios da Gerontologia no Brasil*. Campinas, SP: Editora Átomo & Alínea.

Löwy, M. (2013). *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento* (10ª ed.). São Paulo, SP: Cortez.

Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política* (2ª ed.). Fernandes, F., Trad. São Paulo, SP: Expressão Popular. (Obra original publicada em 1859).

Marx, K. (2013). *O Capital: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro* (31ª ed.). (Sant’anna, R., Trad.). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1867).

Moragas, R. (1997). *Gerontologia Social: envelhecimento e qualidade de vida* (Rodrigues, N. C., Trad.). São Paulo, SP: Paulinas. (Obra original publicada em 1991).

Neri, A. L. (2001). *Palavras-chave em gerontologia*. Campinas, SP: Editora Átomo & Alínea.

Paiva, S. O. C. e. (2012). *Envelhecimento, saúde e trabalho no tempo do capital: um estudo sobre a racionalidade na produção de conhecimento do Serviço Social*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil.

Netto, M. P. (2006). O estudo da velhice no século XX: histórico, definição do campo e termos básicos. In: Freitas, E. V. de, et al. (Orgs.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia* (2ª ed.). Rio de Janeiro, RJ: Guanabara Koogan.

Quintaneiro, T., Oliveira, M. L. de, & Oliveira, B. M. G. M. de. (2003). *Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber* (2ª ed. rev.). Belo Horizonte, MG: Editora UFMG.

Teixeira, S. M. (2008). *Envelhecimento e trabalho no tempo do capital: implicações para a proteção social no Brasil*. São Paulo, SP: Cortez.

Zimmerman, G. I. (2000). *Velhice: Aspectos Biopsicossociais*. Porto Alegre, RS: Artmed.

Recebido em 15/05/2017

Aceito em 30/09/2017

Suellen Bezerra Alves Keller - Assistente Social, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul. Doutoranda em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS.

E-mail: suellenbezerra@live.com

Juliane Feix Peruzzo - Assistente Social. Doutora em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS. Professora Associada nível 1, Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.

E-mail: peruzzo.juliane@gmail.com